

1º CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS
'MUNDO' RURAL E PATRIMÓNIO

Património, Território, Actores e Desenvolvimento Rural Sustentável.
O Ecomuseu da Serra da Lousã. Desafio ou Utopia?*

Paulo de Carvalho

Centro de Estudos Geográficos de Coimbra

1. Nota introdutória

A organização social e territorial das sociedades ocidentais vive neste alvor de milénio uma fase de transição caracterizada por mudanças significativas.

Questionar os anteriores modelos de produção e de vivência (Amaro, 1996), é um pretexto para reconhecer a heterogeneidade, fluidez e complexidade, das sociedades e dos espaços geográficos, quiçá as principais linhas que identificam a pós-modernidade, e que não se desenham, por isso, vias únicas e uniformes de leitura, de organização e de actuação sobre os territórios. É tempo de repensar conceitos como desenvolvimento, ruralidade e urbanidade, de discutir problemáticas como a cidadania, a participação, as relações de poder e a estruturação das redes dos actores de desenvolvimento.

Os espaços rurais do mundo ocidental, com as suas fragilidades e respectivas propriedades difusas, deixaram de ser exclusivamente sentidos e olhados sob a óptica das suas potencialidades produtivas para, num contexto diferente, poderem ganhar em complexidade, diversidade funcional e sustentabilidade, aquilo que perderam na sequência da aplicação desregrada de técnicas produtivistas a que foram sujeitos, sobretudo desde a Revolução Agrícola inglesa e em especial após o fim da segunda Grande Guerra (Carvalho e Fernandes, 2000).

O grande desafio que se coloca perante a Geografia e os geógrafos, perseguindo o objectivo de manter e assegurar no futuro a diversidade da cultura, do espaço e do meio, perante o quadro tendencial de uniformização decorrente do processo de globalização, é ao mesmo tempo uma reflexão profunda sobre o significado actual dos espaços (geográficos e de fluxos) e territórios, e a sua relação com o exercício da cidadania. As relações estreitas entre a população, o território e o património, configuram o conceito de ecomuseu enquanto lugar de memórias e de construção de identidades.

* Com o apoio do Programa Praxis XXI/C/GEO/13037/1998. "Portugal e as contradições da modernidade: território, desenvolvimento e marginalidade".

2. O espaço rural no contexto das novas filosofias de desenvolvimento

A temática do desenvolvimento rural ganhou ampla visibilidade na última década, quer no âmbito da concepção de um novo quadro de referência, quer na óptica da participação efectiva e inovadora dos actores.

Um conjunto de documentos de enquadramento estratégico elaborados pela Comissão Europeia, Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento das Nações Unidas e OCDE, entre os mais importantes, serviram acima de tudo para a definição de linhas estratégicas de orientação para o ordenamento e o desenvolvimento rural.

Como diagnóstico os traços de uma crise de territórios com forte individualismo, embora com potencialidades diversificadas, e a importância do mundo rural e dos valores da ruralidade para o equilíbrio e coesão do próprio sistema. Na Europa, descortinam-se em cada território as suas potencialidades específicas e procuram alicerçar-se as novas filosofias do desenvolvimento territorial dos espaços rurais em conceitos como a multifuncionalidade, a sustentabilidade e a subsidiariedade (Carvalho e Fernandes, *op. cit.*). As novas políticas e medidas específicas concebidas pela Comunidade para o mundo rural entroncam numa perspectiva integrada (multisectorial) e cimentada nas realidades locais. A eficácia na aplicação das políticas depende agora da parceria e repartição das responsabilidades, no amplo espectro da tomada de decisão, à implementação, gestão e, por fim, avaliação de processos e práticas.

O Programa de Iniciativa Comunitária LEADER¹ (Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural), lançado neste ambiente de mudança, é expressão inequívoca desta nova concepção de desenvolvimento: participado,

¹ É considerado o primeiro instrumento inovador de política especificamente criado neste quadro de referência, com aplicação nas regiões de Objectivo 1 e 5b, cujo "objectivo principal é a promoção do desenvolvimento local dos meios rurais, com base na valorização e diversificação do seu potencial de recursos e iniciativa" (Barros, 1998).

O carácter inovador prende-se com a programação e gestão feitas ao nível do território abrangido (zonas de intervenção de nível sub-regional), pelas parcerias envolvendo diversos agentes de desenvolvimento local, como autarquias, associações culturais e sociais, associações profissionais ou sectoriais, empresas, ou mesmo pessoas a título individual, reunidas no seio de um "grupo de acção local" (GAL), embora com enquadramento regulamentar e co-financiamento público (comunitário e nacional).

A continuidade e o aprofundamento desta Iniciativa Comunitária (iniciada em 1991) é assegurada desde 1994, e para o período temporal que decorre até 2001, através do LEADER II, de forma mais generalizada e com um significativo reforço financeiro.

Em Portugal o programa enquadra um conjunto de 48 entidades locais (em teoria 84% do território e 1/3 da população) que gerem subvenções globais, na base de um Plano de Acção Local (PAL) que essas mesmas entidades conceberam, em interpretação própria de um conjunto de directivas comunitárias e de orientações nacionais (Plano Nacional de Enquadramento) e de acordo com uma leitura, também própria, de determinadas dimensões-problema das respectivas zonas de intervenção (GEOIDEIA/IESE, 1999).

A nova iniciativa LEADER+, cujas orientações foram aprovadas no início de 2000, parece constituir uma iniciativa mais ambiciosa destinada a apoiar estratégias integradas de alta qualidade com vista ao desenvolvimento rural, com elevada importância para a cooperação e constituição de redes entre "zonas" rurais (Comissão Europeia, 2000).

individualizado e contextualizado, de inserção vertical e horizontal, numa rede de cooperação e solidariedade.

A sustentabilidade do desenvolvimento arrasta consigo a questão dos recursos e sua gestão no quadro das políticas de afirmação e qualificação dos territórios, da participação e organização dos actores (e da população em geral), e das relações de poder.

A definição e promoção de uma imagem territorial de individualidade e especificidade, alicerçada em características únicas e exclusivas, e de qualidade, em muito centrada nas identidades e recursos simbólicos de cada lugar, sem que a questão da escala geográfica seja relevante, é um caminho de revalorização dos territórios onde se redescobrem novas centralidades com base na qualidade, e afinal a afirmação das teses territorialistas de desenvolvimento, as que melhor respondem às maiores exigências sociais e de cidadania participativa, num quadro global aberto e de forte competição entre populações e territórios, afinal uma nova lógica de organização social e territorial que complementa o conceito de desenvolvimento difusionista (de cariz urbano-industrial), descendente, pouco participado e uniformizador, incendiado no ambiente quantitativista e no mito do crescimento económico como via única para alcançar o progresso, com forte impulso no final da Segunda Guerra Mundial, e que deixou marcas bem profundas nos espaços rurais.

3. O Ecomuseu: população, território e património

A salvaguarda e valorização do património é garantia de uma paisagem mais equilibrada e atractiva, reforçando a sua identidade, e pode constituir um recurso importante na afirmação do território e no reforço da auto-estima das populações. Um território com qualidade e com identidade, portanto com relevância geográfica (Fernandes e Carvalho, 1998) é potencialmente atractivo². Um território uniforme e vago, cria psicologias de fuga.

Os recursos patrimoniais naturais e culturais (estes entendidos nas dimensões arquitectónica e arqueológica) são considerados variáveis-chave nos sistemas e instrumentos de gestão territorial. Além de condicionantes do ordenamento do território

² O Programa das Aldeias Históricas de Portugal, envolvendo um conjunto simbólico de dez aldeias rurais do interior da Região Centro, com intervenções materiais diversas (das obras públicas à recuperação de imóveis particulares e monumentos), acções de dinamização cultural e sócio-económica, e promoção turística no mercado nacional e internacional, é exemplar da utilização do "património para activar meios de vida e capacidades de fixação" (CCRC, 1999-A), na perspectiva da qualificação dos territórios e elevação da auto-estima das populações.

e urbanismo na medida em que neste se estabelecem as medidas indispensáveis à protecção e valorização do mesmo e, em princípio, acautelam o uso dos espaços envolventes, são igualmente uma das componentes essenciais da estruturação da imagem dos territórios (Santana, 1995), e podem ser usados como referências de memória e indicações de identidade das comunidades, bem como definem uma matriz de especificidade e um potencial de qualidade e qualificação dos territórios, preocupações também recentemente assumidas no planeamento urbano português³ (Craveiro, 1999).

Devem, assim, assumir igualmente relevância estratégica na formulação de planos e políticas de desenvolvimento e na tomada de decisões sobre o ordenamento do território (com alcance superior a uma certa perspectiva reducionista e insular do património), e permitam-me a veleidade de pensar que a gestão deste recurso de certa forma limitado é um dos grandes desafios de um certo entendimento de sustentabilidade alicerçada na forte preocupação em conciliar ambiente e economia, mediante uma utilização equilibrada de recursos, e numa perspectiva de solidariedade com as gerações futuras, às quais pretendemos legar um ambiente natural e construído mais rico, diversificado e qualificado do que o actual e que parece fundamental para a melhoria da qualidade de vida dos actuais (que envolve os níveis de bem estar individual, familiar e social, incluindo aspectos psicológicos, culturais e históricos que se prendem com a identidade e o sentimento de pertença), ao mesmo tempo que é necessário promover a sensibilização e participação dos cidadãos nas decisões e melhorar a qualidade do relacionamento institucional – é a chamada eficiência institucional, que engloba as boas formas de relacionamento entre governantes, burocracias, máquinas empresariais e cidadãos (Roseta, 1999).

A significativa e crescente importância e preocupação que desperta o património rural⁴ explica-se mais pelo seu valor sócio-cultural do que pela sua importância económica.

A conservação do património rural tem origem na Europa, na segunda metade de oitocentos, sobretudo em áreas onde o modo de vida rural foi mais afectado pelo êxodo rural e pela Revolução Industrial (Dewailly, 1998).

Quanto às funções, a funcionalidade económica ganhou realce após a II Guerra Mundial, quando o espaço rural mais se decompunha e, ao mesmo tempo, perdia diversidade, por avanço da agricultura produtivista, e quando se desenvolve o grande movimento do turismo de massas na Europa. Nos anos 70 acrescenta-se a preocupação/motivação ambiental, sobretudo no que respeita ao turismo rural.

³ Veja-se o exemplo do Programa Polis, programa de requalificação urbana e valorização ambiental das cidades, com intervenções a realizar em parceria entre o Governo e as autarquias locais, que se pretendem de grande significado em territórios dos municípios de Almada, Castelo Branco, Coimbra, Leiria, Matosinhos, Porto, Sintra, Vila Nova de Gaia, Viseu, Viana do Castelo e Vila do Conde.

⁴ O património rural vai muito para além do mero património agrícola. É o resultado de uma longa interacção, mais ou menos harmoniosa, Homem/Meio.

As perspectivas iniciais, centradas numa atitude monumentalista de contemplação de marcas históricas e etnográficas, deram lugar ao entendimento do valor dos conjuntos (envolvências) e das redes, e das formas activas de participação das populações, instituições e actores.

Partindo da definição de ecomuseu de Georges Henri Rivière, o inspirador desta corrente: *"C'est un miroir où une population se regarde pour s'y reconnaître, où elle cherche l'explication du territoire auquel elle est attachée, jointe à celle des populations qui l'y ont précédée dans la discontinuité ou la continuité des générations; un miroir que cette population tend à ses hôtes, pour s'en faire mieux comprendre, dans le respect de son travail, de ses comportements, de son intimité...C'est une expression de l'homme et de la nature..."* (Amirou, 2000), parece-nos de salientar: a ideia de mostra e defesa da cultura local e das tradições sob uma perspectiva de valorização e não de simples conservação, pois o património cultural tem um valor de antiguidade, mas tem também um valor de continuidade; a valorização dos objectos, não pelo seu valor estético, mas sim enquanto documento etnográfico e de testemunho da história social e humana; a importância do contexto simbólico dos objectos; a importância das identidades locais e da autenticidade dos lugares e das tradições.

De facto as reflexões e os trabalhos de George Henri Rivière⁵, nas primeiras décadas deste século, ilustram a ideia clara de um museu que mostrasse não apenas as obras de arte mas as relações entre as sociedades humanas que as produzem e o meio que as rodeia (Pessoa, 1985).

Nasceu pois uma nova concepção museológica e museográfica em que o visitante penetra, de uma maneira activa e participativa, nas formas de vida do espaço representado.

A diferença essencial para os museus tradicionais é que o ecomuseu em princípio não se confina a um edifício, antes espalha-se pelo território para em contexto próprio explicar a vida e a essência dos seus eixos estruturantes.

Por isso, o ecomuseu é entendido não como um edifício mas sim como uma rede de edifícios, com animação cultural, mas também com visita a células activas (como fábricas artesanais de queijo, de tapeçarias, por exemplo); não como um simples inventário museológico, mas sim como uma rede articulada de comunidades, de territórios dotados de particularidades próprias, mas colaborando todos para a construção de uma mesma identidade cultural.

⁵ Em 1928, Rivière montou em Paris uma mostra de arte pré-colombiana, onde pela primeira vez tentou aplicar esse conceito. Montou, com o professor Rivet, o Museu do Homem em Paris. Em 1937 deu-se o início do Museu das Artes e Tradições Populares (Paris). Em 1947 o Museu da História da Bretanha (em Rennes). Mas foi com a criação dos Parques Naturais franceses que Rivière deu corpo aos primeiros ecomuseus verdadeiros, com salvaguarda do património natural e cultural, e relação das comunidades com o meio (Pessoa, *op. cit.*).

Varine (2000) advoga que o ecomuseu não busca a eficácia técnica institucional, mas o desenvolvimento de uma consciência comunitária.

O conceito de ecomuseu está sempre em evolução (Pessoa, *op. cit.*). Deve ser um museu do tempo (conhecer a História do território) e dos espaços (o território actual, com percursos temáticos) e integrar actividades de dinamização da cultural local, no sentido de dignificação das populações locais.

A ideia de conservação não pode ser estática, criando reservas e proibindo, mas sim dinâmica, ordenando o uso dos espaços.

Os estatutos de conservação e protecção da natureza, do património natural e cultural, enfim da paisagem, além de instrumentos de ordenamento, conservação e desenvolvimento, devem também constituir meios de divulgação dos valores ecológicos e excelentes formas pedagógicas de motivar a consciência colectiva para a problemática da sustentabilidade do desenvolvimento

Na Europa são hoje muitos os espaços que enformam este conceito. A título de exemplo : o Ecomuseu da Alsácia⁶ e o Ecomuseu de Valls d'Àneu⁷.

Em Portugal, o Ecomuseu Rural das Serras do Algarve⁸, o Ecomuseu Municipal do Seixal⁹ e o Ecomuseu do Zêzere¹⁰, entre outros, são expressão deste "novo" paradigma.

⁶ Localizado no Sul da Alsácia, entre Colmar e Mulhouse, assume importância nacional e europeia, pela forma como recriou o ambiente rural tradicional da Alsácia. Cerca de cinco dezenas de casas serviram no essencial o objectivo de reconstituir atmosferas interiores, evocar temáticas (água, pesca, actividades artesanais). Animação diária com artesãos a trabalhar nas suas aldeias, animações excepcionais (como a recolha e secagem do tabaco, a festa das vindimas, as músicas e danças tradicionais), exposições e espectáculos, serviços de apoio (restauração, lojas e boutiques de produtos artesanais e da terra, passeios de barco), completam o quadro de oferta de um espaço aberto ao público todos os dias do ano, e que também é escolha de empresas e colectividades para a organização de seminários e reuniões de trabalho, colóquios, apresentação de produtos e exposições.

⁷ Desenvolve-se nas montanhas pirenaicas da Catalunha, entre Andorra e o Parque Nacional de Aigues-Tortes. Inaugurado em Junho de 1994, está aberto de 15 de Julho a 15 de Setembro, e o resto do ano mediante visitas marcadas.

Pretende ser uma reflexão sobre o tempo e o espaço, a partir de realidades diversas: a Casa Gassia (casa agropecuária típica de oitocentos, em Esterri); a serração hidráulica de Alós d'Isil (antiga serração tradicional, totalmente restaurada e em funcionamento); o conjunto monumental de Son (igrejas emblemáticas do românico); o mosteiro beneditino (séc. XII) de Sant Pere de Burgal (em Escalo) e a central hidroeléctrica de Sant Maurice de Espot.

⁸ O Ecomuseu Rural das Serras do Algarve é uma estratégia integrada de desenvolvimento para o interior do Algarve, idealizada e implementada pela Associação In Loco, com os objectivos de promover a valorização do património cultural, do património natural e das práticas do mundo rural algarvio e assim contribuir para a melhoria das condições de vida da sua população e para o ordenamento do seu território. O turismo sustentável é entendido como fio condutor capaz de ligar as perspectivas cultural e ambiental.

A inovação da iniciativa, para além da abrangência territorial (de ambição subregional), decorre da ideia de articular, integrar e dar coerência global às situações existentes no interior algarvio, onde decorram acções concretas, no âmbito das perspectivas anunciadas, por parte de agentes locais, públicos e privados.

⁹ O Ecomuseu Municipal do Seixal envolve um grupo de núcleos (propriedade do município) a saber: o núcleo sede, situado na Torre da Marinha (integra uma área de exposição – o Território, o Homem e a História – e espaço de animação abertos

4. A Serra da Lousã: da percepção das dinâmicas territoriais aos “desafios” e iniciativas de desenvolvimento sustentável

4.1 Os dinamismos territoriais recentes

Em Portugal as imagens contrastadas da ocupação e organização do território repartem-se entre as polarizações territoriais e as centralidades reforçadas pelas políticas públicas, e os territórios perdedores, quase sempre com posição excêntrica e marginal (Jacinto, 1998), como é o caso de vastas áreas do interior do país, que durante muitos anos perderam efectivos pelos movimentos migratórios e pelo saldo natural negativo, e o efeito cumulativo dessas perdas causou considerável ruptura nas estruturas demográficas e sociais (Cravidão *et al.*, 1998), tendência que nos últimos anos não foi possível travar e muito menos redireccionar (Fonseca e Cavaco, 1997).

A Serra da Lousã, no seio do Pinhal Interior Norte (Centro de Portugal), é um espelho dessas trajectórias e imagens contrastadas de desenvolvimento.

A NUT III Pinhal Interior é uma subregião heterogénea, marcada pela diversidade dos traços fisiográficos e geo-humanos (Quadro 1). De uma forma simplista, parece-nos possível identificar pelo menos dois conjuntos com características diferenciadas.

No sector setentrional-ocidental, por entre áreas aplanadas ou suavemente onduladas mas sempre de pequena altitude, localizam-se os lugares de topo da hierarquia do povoamento sub-regional, que coincidem com as sedes dos concelhos mais dinâmicos, a saber: Lousã, Oliveira do Hospital, Arganil, Miranda do Corvo, Ansião.

A capital regional, a cidade de Coimbra (pólo estruturante de um sistema urbano com mais de 300 mil habitantes), interfere de forma mais ou menos significativa na alteração das suas estruturas demográficas, económicas e sociais.

regularmente ao público); o núcleo naval de Arrentela (localizado num antigo estaleiro naval, é um espaço dedicado à construção artesanal de modelos de barcos do Tejo); três embarcações tradicionais do Tejo, recuperadas, conservadas e reutilizadas como barcos de recreio; as instalações da antiga corticeira Mundet, onde está planeado instalar um núcleo museológico da cortiça bem como uma universidade pública; a quinta da Trindade, imóvel de interesse público, onde estão instalados o serviço de museografia e o laboratório de conservação e restauro; e o moinho de maré de Corroios, classificado de imóvel de interesse público, suporte das actividades ligadas à moagem de cereais e também espaço onde decorrem exposições temporárias e outras actividades relacionadas com as temáticas de estudo e divulgação do ecomuseu. A Companhia de Lanifícios de Arrentela (fundada em 1855 e encerrada desde o início dos anos 90), a Sociedade Africana da Pólvora (com origem em 1898 e ainda hoje em laboração) e a igreja de Arrentela (exemplo relevante de arquitectura religiosa), representam outros pólos de interesse histórico.

¹⁰ O Ecomuseu do Zêzere, inaugurado no passado dia 26 de Abril, é a concretização de um projecto, da autarquia de Belmonte, que data dos meados dos anos 90, e que contou com os apoios financeiros do IPPAR, EPAL, EDP e Ministério do Ambiente. Instalado na Tulha dos Cabrais (edifício reabilitado para o efeito), no centro da vila de Belmonte, o ecomuseu é inspirado na geografia física e humana e nos problemas gravitam em torno do rio Zêzere, em especial na Cova da Beira, sob a forma de uma exposição permanente, envolvendo diversos meios (audiovisuais, maquetas, aquários), de grande valor pedagógico.

Quadro 1- Indicadores seleccionados para os concelhos do Pinhal Interior Norte.

	A	B	C	D	E	F	G			H	I	J
							G1	G2	G3			
Alvaiázere	9306	-11,5	8310	-9,6	51,9	602	29	38	34	152,6	71,1	21,5
Ansião	14029	-9,2	12970	-6,6	72,4	2560	18	46	35	110	57,4	17,5
Arganil	13926	-10,2	12720	-7,3	38,6	3175	16	49	35	136,8	71,5	17
Cast. de Pêra	4442	-13,5	3720	-14	56,4	1401	5	64	31	122,5	60,8	14,3
Fig. dos Vinhos	8012	-8,5	7380	-6,8	43,2	1521	20	37	43	127,4	62,9	18,8
Góis	5372	-16,5	4590	-13	17,6	757	18	42	40	185,7	80,7	21,6
Lousã	13447	2,5	14500	6,3	103	4865	5	48	48	96	55,3	10,1
Mir. do Corvo	11674	-4,6	11230	-3,4	88,7	2976	11	36	53	93	56	13,4
Oliv. Hospital	22584	-4,1	21950	-2,8	93,6	2318	17	49	35	99,3	61	15,4
Pamp. Serra	5797	-22,6	4350	-22	11,2	454	23	38	42	191,9	79,3	31
Ped. Grande	4643	-20,5	3900	-14	30,7	948	27	28	45	198,8	72,7	24,4
Penela	6919	-13,8	6460	-5,7	49	593	22	38	40	161,3	67,3	15,4
Tábua	13101	-2,6	12950	-1,2	64,8	1050	25	42	34	114,6	70,7	15,2
V.N. de Poiares	6161	-7,3	5800	-5,3	69,4	477	12	37	51	96,6	61,1	12,5
Pinhal Int. Norte	139413	-8,3	130830	-5,8	50	4865	17	43	40	121,8	64,3	16,7
Região Centro	1721650	-3,5	1709160	-0,7	72,2	89639	17	39	44	87,2	55,5	14
Portugal	9867147	0,3	9997590	1,1	108,8	663315	10	38	51	70	50,6	11

Legenda:

A - População residente, em 1991.

B - Taxa da variação da população residente, em 1981-1991 (%).

C - Estimativa da população residente, em 1999.

D - Taxa da variação da população, em 1991-1999 (%).

E - Densidade populacional, em 1999 (hab./ Km2).

F - População residente no lugar mais importante, em 1991.

G - Estrutura da população activa: G1 - primário; G2 - secundário; G3 - terciário, em 1991 (%).

H - Índice de envelhecimento* = (Pop.>64 anos / Pop.<15 anos) x 100.

I - Coeficiente de dependência total* = (Pop. <15 anos + Pop.>64 anos / Pop.15-64 anos) x 100.

J - Taxa de analfabetismo, em 1991 (%).

* - Em 1991.

- Serra da Lousã

Fonte: INE (elab. própria).

O sector meridional-oriental, essencialmente montanhoso, dominado pelos recortes cenográficos das serras da Lousã, Caveiras, Açor, Médio Zêzere e Cristas Quartzíticas, com reduzidas densidades populacionais (entre 11 hab./km², em Pampilhosa da Serra, e 56 hab./km², em Castanheira de Pêra), é um espaço repulsivo profundamente marcado pelo efeito cumulativo de vários problemas: orografia acidentada; reduzidas acessibilidades viárias (baixas densidades e medíocre qualidade

das vias de comunicação) e a diversos serviços e equipamentos; fragilidades que decorrem da base produtiva; baixa densidade de estruturas organizativas formais; fragilidade da estrutura de povoamento (dominada por pequenos lugares) e da rede urbana (de baixo nível hierárquico); decréscimo demográfico acentuado; forte despovoamento rural e abandono da montanha; envelhecimento da população; degradação progressiva da floresta (do carvalhal e dos soutos ao pinhal, ao eucaliptal, às formações do tipo matos e às áreas desérticas); elevada sensibilidade ao risco de incêndio florestal; propriedade fundiária dispersa, descontínua e de pequena dimensão; elevado absentismo dos proprietários; subaproveitamento dos recursos naturais: hídricos, florestais, eólicos e paisagísticos.

Trata-se de um espaço que corre o risco de vir a ser marginalizado e excluído das dinâmicas de transformação da região, onde o desenvolvimento não pode deixar de considerar o voluntarismo público (Baptista, 1999).

A análise aprofundada das mudanças e dos dinamismos territoriais recentes é fundamental para identificar e interpretar as dimensões locais dos processos de mudança, diferenciados e com dinamismos e velocidades variáveis, e para alicerçar as estratégias de intervenção local, diferenciadas conforme a especificidade dos problemas e dos territórios.

Nos territórios encravados na montanha, na amplitude extrema definida pelos níveis locais de abandono e de afastamento dos principais eixos de circulação e das cidades e vilas mais dinâmicas, as linhas estratégicas de intervenção devem considerar: a criação de emprego e a qualificação profissional dos activos; a reestruturação do sistema de povoamento e da rede urbana, no sentido de configurar pequenos sistemas/eixos urbanos territoriais viáveis; o fomento da cooperação e coordenação entre os actores públicos e privados; a definição de uma base de pluriactividade, multifuncionalidade e de pluri-rendimento; a promoção das artes e ofícios tradicionais; a valorização dos produtos genuínos (com indicação de proveniência e certificado de qualidade); o incremento científico da fileira florestal, com preocupações ambientais e sociais; a protecção, conservação e valorização do património natural e cultural (no amplo espectro das dimensões etnográfica, arquitectónica e arqueológica); lançamento de infra-estruturas básicas e equipamentos adequados a uma boa qualidade de vida e ao acolhimento dos visitantes (Cavaco, 1996).

No caso das sedes concelhias, mormente as maior dinamismo urbano (como é o caso da vila da Lousã), é absolutamente essencial que o ritmo de crescimento dos últimos anos seja enquadrado numa estratégia clara e inequívoca de desenvolvimento sustentável, alicerçada na capacidade de oferta local de emprego e na fixação da

população, tendo presente as directrizes nucleares do moderno planeamento urbano e a importância da imagem urbana, da qualidade urbanística e da qualificação ambiental, e das acessibilidades, consideradas como factores de bloqueio da organização e da qualificação do sistema urbano (CCRC, 1999-B).

A **Serra da Lousã** (Figura 1) reparte-se pelos municípios de Penela, Miranda do Corvo, Lousã, Góis, Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pêra, que ocupa de forma parcial, excepto este último onde se desenvolve totalmente.

A matriz das freguesias serranas integra o Coentral, Castanheira de Pêra, Câmpelo e Álvares; nas freguesias de Vila Nova, Espinhal, Aguda, Lousã e Góis, a serra ocupa pelo menos metade das suas áreas.

A expressão demográfica global, aferida no âmbito administrativo dos concelhos, assinala cerca de 55000 habitantes em 1991, dos quais menos de 15% animam os povoados serranos. As densidades populacionais repartem-se no intervalo de variação 18 hab./km² (Góis)-103 hab./km² (Lousã), em 1999 (Quadro 1).

Desde 1940 ou 1950 (ou mesmo desde o alvor da centúria), a redução dos efectivos populacionais é uma constante, problema que se acelera e consolida desde os anos 60 (Cravidão e Lourenço, 1994); no conjunto o decréscimo foi de um terço. Góis, Penela e Pedrógão Grande perderam, no período 1960-1999, cerca de metade da população residente.

Ao nível das freguesias, Coentral, Câmpelo e Espinhal iniciaram o decréscimo populacional em 1911, e desde então perderam 70% da população, como aconteceu em Álvares no período 1940-1999.

É a estrutura do despovoamento da montanha, a recomposição da rede dos lugares viáveis, sem determinismo demográfico na leitura geográfica, mas com preocupações na óptica da qualidade de vida dos serranos.

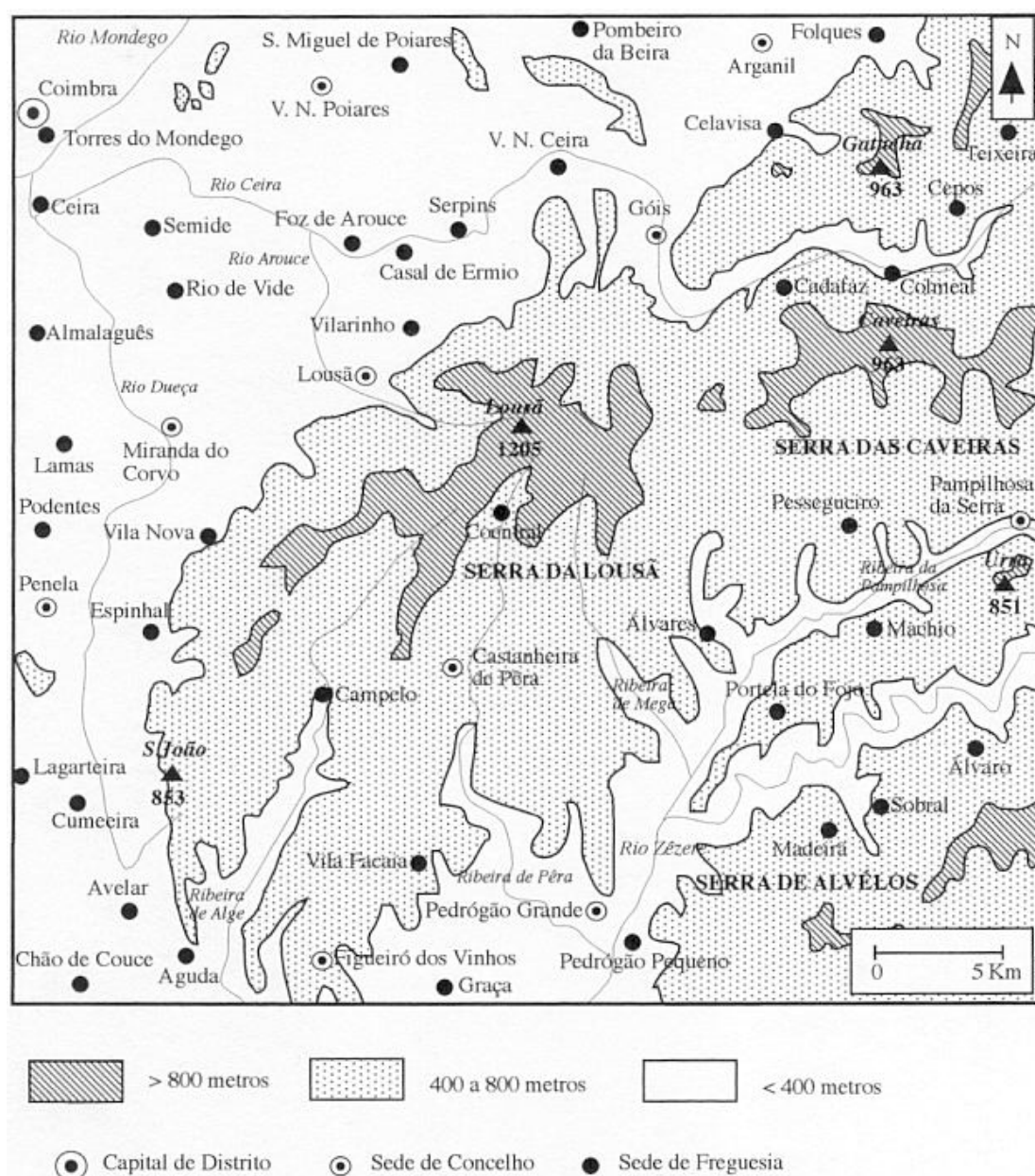


Figura 1 – Mapa hipsométrico simplificado e de localização da Serra da Lousã.

A estrutura demográfica é marcada pelo envelhecimento acelerado da população e também por um desequilíbrio na composição da população por sexos, resultado da intensa mobilidade espacial, interna (especialmente para Lisboa) e externa (das Américas aos países da Europa Ocidental), que envolve a população activa mais jovem. O desiquilíbrio entre jovens e idosos é mais preocupante em Góis, Pedrógão Grande e Penela.

A maioria da população reside em lugares de dimensão reduzida: a classe de menos de 100 habitantes, a mais importante no conjunto, é significativa em Figueiró dos Vinhos (49%), Penela (50%), Góis (55%) e Pedrógão Grande (63%). Os lugares até 199 habitantes representam 59% da população em Castanheira de Pêra, 69% em Góis, 75% em Figueiró dos Vinhos, 79% em Pedrógão Grande e em Penela, e apenas 36% e 40%, em Miranda do Corvo e na Lousã, respectivamente (Cravidão e Lourenço, *op. cit.*).

Os núcleos de povoamento mais importantes coincidem com as vilas, sede dos concelhos mais dinâmicos: Lousã (4865 habitantes) e Miranda do Corvo (2976 habitantes), na periferia ocidental da serra.

Na serra, o povoamento e a população são mais significativos no sector meridional; a vila de Castanheira de Pêra (1401 habitantes, em 1991), no topo de uma lista de quase 50 pequenos lugares, na amplitude demográfica definida da existência mínima até menos de três centenas de habitantes.

À semelhança do que sucede em outras áreas do país também aqui se verifica uma progressiva terciarização da população, embora de nível inferior, ligado frequentemente ao comércio e serviços conectados com empresas locais, e também com alguma relação à actividade de natureza social - saúde, educação e cultura (Cravidão, *op. cit.*). No conjunto da população activa, a agricultura/silvicultura, têm vindo a perder progressivamente importância.

Estas características territoriais deixam antever o posicionamento periférico da Serra da Lousã¹¹ no quadro viário regional e nacional. O interior da serra é marcado pela rede viária secundária: estradas nacionais, municipais e florestais.

¹¹ Desde os meados de oitocentos quando, em Portugal, se lançou as bases da moderna viação, até aos nossos dias, em sucessão de diferentes planos rodoviários, das estradas que cruzam ou tocam a serra, apenas três penetram verdadeiramente o seu interior: a EN 236, Lousã-Castanheira de Pêra (...), concluída em 1929, cinquenta anos após o seu lançamento; a estrada florestal Lousã-Catraia, construída pelos Serviços Florestais em meados do século, passado e a EN 347, no lanço Espinhal-Castanheira de Pêra, concluída na década de 80 da dita centúria, uma obra de execução quase secular.

O recente IC8 (Figueira da Foz-Segura), eixo da rede viária complementar do país, a mais importante no quadro regional, que faz a ligação de Castelo Branco ao IC3 (Setúbal-Tomar-Coimbra) e ao IC2 (em Pombal), cruza o canto sudoeste da serra.

As **aldeias serranas da Lousã**¹² formaram um grupo com identidade própria que tinha como espaço produtor a própria Serra (Osório *et al.*, 1989). Resultaram primeiramente da ocupação sazonal pelos pastores (pelo menos desde o século XV), à qual se seguiu a fixação da população durante o século XVI (Carvalho, 1999).

Aproveitando o desenvolvimento de rechãs e a proximidade de vales, todas as aldeias serranas testemunham, pela tipologia, pela estrutura das habitações, pelo material de construção, e pela dimensão que apresentam, a precária economia agro-pastoril que dominava toda a Serra (Cravidão, 1989).

O crescimento (natural) da população - que ocorreu do final de oitocentos até meados do século XX (Quadro 2) não foi acompanhado por um aumento da produção e dos rendimentos, o que obrigou a um progressiva mobilidade populacional (Monteiro, 1985) e, afinal, anunciou o declínio irreversível dos povoados serranos.

Dos 804 habitantes recenseados nas aldeias do coração da Serra, em 1940, metade abandonaram-na até 1960, e em 1991 residiam nos povoados serranos 46 habitantes, dos quais 22 no Candal (junto à estrada asfaltada da serra). Bemposta (1970), Francos e Silveiras (1981) são hoje "rostos de pedra" em acelerada ruína.

A residência secundária, responsável pela reabilitação de três povoados serranos, (Casal Novo e Talasnal, e parcialmente o Candal) é um exemplo interessante de como um fenómeno turístico (animado por população urbana) pode contribuir para reutilizar o espaço rural, salvaguardando o meio e o espaço cultural e dar um contributo importante no desenvolvimento da economia local (Cravidão, *op. cit.*).

Vaqueirinho e Catarredor foram ocupadas pelos "amantes da natureza" (ou "desiludidos da civilização"), população oriunda de países da Europa Ocidental mas também portugueses em fuga dos ambientes urbanos, que aí praticam agricultura (biológica), criação de gado, artesanato, sob uma certa forma de isolamento.

Entretanto outros valores e funcionalidades renovaram os interesses do espaço rural de montanha: prática de desportos aventura motorizados (do tipo todo-o-terreno, incluindo provas do calendário mundial); atletismo e ciclismo de montanha; parapente;

¹² Ao agrupamento mais estudado e divulgado, composto pelos lugares do Casal Novo, Talasnal, Chiqueiro, Vaqueirinho, Catarredor, Silveiras, Cerdeira e Candal, todas na freguesia da Lousã, juntam-se outras aldeias mais ou menos significativas do sentido e do conceito do rural de montanha tradicional:

- Franco de Cima (730 metros) e Franco de Baixo (650 metros), na freguesia de Vilarinho, escondidas no coração da serra, estão abandonadas e em ruína acelerada.

- Vale de Nogueira (470 metros) e Vale Pereira da Serra (520 metros), na freguesia da Lousã, debruçadas sobre a vila, donde é possível captar magníficos panoramas; alteração profunda dos traços da arquitectura serrana tradicional e do suporte económico e social, essencialmente como resultado das influências do processo migratório e da acessibilidade.

- Bemposta (425 metros), na freguesia de Serpins, aldeia abandonada desde os anos 60.

rede de percursos de descoberta da natureza e património cultural com apoio logístico no interior da serra.

Quadro 2 – Evolução populacional das aldeias serranas da Lousã (1885-1991).

ALDEIAS	1885	1911	1940	1960	1970	1981	1991
CANDAL	112	129	201	100	72	19	22
CASAL NOVO	65	58	79	43	32	0	0
CATARREDOR	69	109	120	67	23	2	5
CERDEIRA	70	75	79	51	18	0	8
CHIQUEIRO	23	11	45	26	12	4	4
TALASNAL	74	129	135	90	59	2	0
VAQUEIRINHO	29	43	46	29	20	0	7
SILVEIRAS	105	108	99	41	22	0	0
V. PEREIRA DA SERRA	8	21	22	15	0	0	0
VALE DE NOGUEIRA	211	184	200	144	89	92	67
BEMPOSTA	32	37	9	5	0	0	0
FRANCO	45	51	59	30	9	0	0
TOTAL	843	955	1094	641	356	119	113
LOUSÃ (CONCELHO)	10868	12358	14367	13900	12161	13020	13447
ALDEIAS/LOUSÃ (%)	7,76	7,73	7,61	4,61	2,93	0,91	0,84

Legenda:

-  - Freguesia da Lousã
-  - Freguesia de Serpins
-  - Freguesia de Vilarinho

Fontes:

Censo da População, 1911, INE.

Recenseamentos da População: 1940, 1960, 1970, 1981 e 1991, INE.

Mapa Estatístico do Distrito de Coimbra, 1885.

4.2 A iniciativa LEADER-ELOZ

No quadro das novas iniciativas de desenvolvimento rural merece referência a aplicação local do programa de iniciativa comunitária LEADER II.

A zona de intervenção ELOZ (Entre Lousã e Zêzere), envolvendo os municípios de Miranda do Corvo, Lousã, Vila Nova de Poaires, Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pêra, é o corolário territorial da cooperação activa entre duas associações de desenvolvimento (a Dueceira e a Pinhais do Zêzere).

Da leitura geográfica da iniciativa (Carvalho e Fernandes, *op. cit.*), estruturada em torno do número de projectos e/ou o investimento aprovado (e a dimensão média), de acordo com as seguintes variáveis: áreas de intervenção; tipo de promotor; localização do projecto e situação do projecto, destacamos dois grandes conjuntos de projectos, essencialmente pela natureza material ou imaterial das acções: 1. Projectos de natureza imaterial, centrados nas acções de promoção e divulgação da região, sensibilização e educação da população, promovidos pelas autarquias e pela entidade local; 2. Projectos de carácter material que regra geral absorvem as maiores parcelas de investimento e se dividem em dois sub-grupos: 2.1. Acções que visam a qualificação dos territórios (valorização das paisagens e dos ambientes naturais, intervenções urbanísticas), promovidos pelas autarquias e pelas associações sociais e culturais; 2.2. Intervenções no domínio da promoção das actividades económicas, no amplo espectro do turismo em espaço rural, serviços de apoio às PME's, artesanato e serviços de proximidade, a que a iniciativa privada de natureza individual respondeu de forma bastante positiva.

Fundamental para o êxito da iniciativa foi o empenho e o profissionalismo do GAL que em muito "contribuiu para o reforço da capacidade de diagnosticar necessidades, de elaborar projectos, de apoiar promotores locais na formulação de candidaturas a diferentes programas, tendo um papel significativo na implementação de outros investimentos não directamente relacionados com o programa" (Jordão, 1998).

Numa palavra, constituiu uma iniciativa inovadora e de grande significado que certamente terá continuidade e aprofundamento no âmbito da nova fase do LEADER.

5. O Ecomuseu da Serra da Lousã

O projecto "Ecomuseu da Serra da Lousã", idealizado pela Câmara Municipal da Lousã, foi lançado no final de 2000.

Na essência pretende constituir uma rede articulada de espaços com particularidades próprias, contribuindo todos para a construção de uma mesma identidade cultural – a Serra da Lousã.

"Caberá ao ecomuseu assegurar de forma permanente e continuada, no território em que se define o concelho da Lousã e na perspectiva do seu desenvolvimento, com a participação da população, as funções de investigação, conservação, valorização do património e desenvolvimento local" (CML, 2000).

Os objectivos gerais orientadores do projecto são:

- Promover a valorização do património concelhio, nas suas diversas vertentes.
- Promover a valorização das práticas do Mundo Rural, contribuindo para a sua revitalização.

- Contribuir para o desenvolvimento da investigação no âmbito do património da Serra da Lousã.
- Promover o desenvolvimento local sustentado (CML, *op. cit.*).

As linhas de acção para o desenvolvimento do projecto alicerçam-se no estabelecimento de uma rede sustentada de parcerias, com entidades públicas e associações locais.

Pensa o município da Lousã, desta forma, contribuir para o reforço da imagem da Serra, enquanto sistema rural vivo, pluriactivo e diversificado, e promover uma melhoria das condições de vida das populações, mobilizadas em torno da valorização dos seus próprios recursos naturais e culturais, considerados de elevado potencial.

As linhas estratégicas de inspiração e orientação apontam as características de um espaço aberto e vivo, com uma estrutura polinucleada e com funcionamento descentralizado e articulado, a saber:

- **Núcleo Sede**, que funcionará em edifício a recuperar na Rua Miguel Bombarda, no coração do Centro Histórico da Lousã.

- **Núcleo de Gastronomia e Doçaria Regional** – Lagar “Mirita Sales”, na Sarnadinha.

- **Aldeias de Xisto**, conjunto definido pelas aldeias serranas da Lousã.

- **Núcleo de Pintura Serrana**, a instalar na antiga casa-atelier do pintor Carlos Reis, recentemente adquirida pela autarquia com vista à total reabilitação, onde será integrado o espólio do insigne mestre da escola naturalista, entusiasta e divulgador da paisagem (terra e gentes) lousanenses, assim como o grande e variado espólio de pintura Naif e de outros géneros pertencentes à autarquia. Neste espaço funcionarão também “ateliers”, onde as pessoas poderão praticar esta arte, tornando-se assim um local de acontecimentos e de experimentação.

- **Núcleo de Investigação** que funcionará num edifício, adquirido pela Autarquia, na Rua Dr. Pires de Carvalho; aí poderão funcionar espaços de investigação sobre a Serra, por protocolo com universidades e institutos ligados a estas temáticas, espaços de experimentação/Ciência Viva na área do papel¹³ e do livro – área com forte tradição cultural no concelho, bem como espaços de formação.

- **Fornos de Telha e Cal**, património construído de valor arqueológico industrial, com iniciativas repartidas entre a recuperação de uma unidade em Foz de Arouce e o aproveitamento para divulgação e promoção de um outro (propriedade particular) localizado no sector Arneiro-Buçaqueiro, área com tradição secular nesta actividade.

¹³ A indústria papeleira lousanense tem origem na fábrica do papel do Penedo, fundada no início de setecentos, a mais antiga do país em contínua laboração. De grande valor arqueológico é a maquinaria da antiga fábrica do Boque (Serpins), classificada como imóvel de valor concelhio, em 1992, pouco tempo depois da unidade fabril ter cessado a laboração.

- **Moinhos de Água**, na senda dos anteriores, prevê-se a recuperação de alguns moinhos existentes na Ribeira de S. João e que são propriedade da autarquia, e pretende-se efectuar um levantamento de outros existentes nas várias freguesias, com o objectivo de programar intervenções.

- **Núcleo do Candal**, composto por um edifício já recuperado (com o apoio do LEADER-ELOZ), e por uma lagar de azeite recuperado, propriedade do médico e etnólogo Louzã Henriques, localizados à beira da estrada da Serra (Lousã-Castanheira de Pêra).

As actividades a desenvolver e as intervenções estendem-se a outras áreas, nomeadamente:

- Criação de **circuitos pedestres temáticos**.

- Estabelecimento de **protocolos de parceria** ao nível nacional e da comunidade europeia com ecomuseus similares, para intercâmbio de experiências e "know how".

- Estudo da antiga "**Estrada Real**" existente no concelho e análise das formas de intervenção.

- **Edição de publicações** que resultem de investigação sobre o património da Serra da Lousã.

- Promoção de **produtos típicos** da Serra da Lousã (*Idem, ibidem*).

O desenvolvimento deste Projecto, com custo total estimado de 325 mil contos, será faseado e as iniciativas decorrerão segundo a calendarização esquematizada no Quadro 3.

Para sua implementação é essencial uma equipa técnica multidisciplinar (a tempo inteiro), a quem caberá a definição das grandes questões de funcionamento da iniciativa, bem como a implementação e acompanhamento do mesmo. É condição básica para o sucesso da iniciativa. Mas não só!

Reconhecemos o interesse, o significado (na óptica da qualificação do território), o valor (que não deixa de constituir igualmente um avultado investimento financeiro, de base municipal mas certamente com cofinanciamento público através do Programa Operacional da Região Centro-2000/2006) e a inovação deste projecto (o campo da investigação é disso excelente exemplo), e por isso entendemos pertinente questionar também a abrangência territorial deste tipo de iniciativa – no caso em análise confinada aos limites administrativos do município.

A indústria tradicional do barro vermelho de Miranda do Corvo, ainda uma espécie de museu vivo de uma arte secular, o potencial museológico da indústria têxtil de lanifícios de Castanheira de Pêra, da indústria papelreira em Lousã e Góis, e até talvez da extracção mineira que animou Góis e o Vale do Ceira, a riqueza patrimonial (ao nível dos moinhos e lagares hidráulicos) e paisagística/ambiental das ribeiras de Alge e Pêra, o valor patrimonial, simbólico e cultural dos poços de neve, capela e terreiro do Santo António da Neve (que ultrapassa largamente as fronteiras do enquadramento

administrativo), as piscinas fluviais e as barragens da Loucaínha (Espinhal-Penela), a sinfonia aquática das ribeiras da Pena e das Quelhas (Carvalho e Amaro, 1996), a imponência das poderosas bancadas quartzíticas elevadas a mais de mil metros de altitude nos Penedos de Góis ou a forma espetacular (canhão epigénico) que assumem na Senhora da Candosa, o contraste arquitectónico entre os granitos trabalhados no casario do Coentral e os xistos acastelados nas pequenas casas do Gondramaz, enfim são outros, entre tantos outros, “centros” patrimoniais repartidos pela Serra da Lousã, quais linhas representativas de valores próprios que merecem ser valorizados e conectados através de indispensáveis itinerários de reconhecimento e divulgação.

Não será esta uma outra perspectiva válida (e possível) para o “Ecomuseu da Serra da Lousã”?

O intercâmbio de ideias e a partilha de experiências e projectos, numa base de sólido apoio técnico inter e transdisciplinar, afigura-se como caminho a percorrer para quebrar antigas barreiras e negar um certo determinismo histórico de isolamento e, acima de tudo, escrever uma novo capítulo na relação que se pretende estreita entre as populações e os territórios da Serra da Lousã, com páginas ilustradas de complementaridade, cooperação e solidariedade, longe dos localismos e de certas perspectivas reducionistas de interesse e alcance paroquial.

Quadro 3 – Calendarização e síntese do “Ecomuseu da Serra da Lousã”.

Fases	Iniciativas/Intervenções	Execução temporal	Custos
1ª Fase	<ul style="list-style-type: none"> * Estabelecimento de Protocolos de Parceria * Recuperação e adaptação do edifício do Núcleo Sede * Implementação do Núcleo de Gastronomia e Doçaria Regional * Núcleo do Candal - Aquisição de equipamento 	4º Trimestre de 2000 e 1º Trimestre de 2001	125 mil contos
2ª Fase	<ul style="list-style-type: none"> * Intervenção nas Aldeias de Xisto * Recuperação e adaptação do edifício do Núcleo de Pintura Serrana * Promoção de Produtos Típicos 	2º Semestre de 2001 a 2º Semestre de 2002	125 mil contos
3ª Fase	<ul style="list-style-type: none"> * Recuperação e implementação do Edifício para Núcleo de Investigação * Fornos de Cal * Moinhos de Água * Circuitos pedestres temáticos * Estudo - "Estrada Real" * Edição de Publicações 	2º Semestre de 2002 até final De 2003	75 mil contos

Fonte: Ecomuseu da Serra da Lousã, C.M. Lousã, 2000.

6. Notas finais

Os novos valores e paradigmas do ordenamento do território e do desenvolvimento afirmam a participação dos actores e da população em geral, a contextualização das políticas, as novas formas da governação local (Silva, 1999), as redes de cooperação e solidariedade, aceitando-se que cada território deve seguir o seu próprio caminho, sem imposição e reprodução de um modelo único imposto do topo para a base.

A qualificação dos territórios, a imagem e qualidade ambiental, enfim os recursos patrimoniais e a sua organização e valorização, desempenharão um papel decisivo na afirmação dos territórios e na dimensão do exercício da cidadania.

O projecto "Ecomuseu da Serra da Lousã", apresentado pela Câmara Municipal da Lousã, inscreve-se neste quadro teórico e resulta da necessidade de constituir uma rede coerente de estruturas e de acontecimentos notáveis, de recursos, tanto na perspectiva cultural como ambiental, onde os vários exemplos de equipamentos culturais, serviços públicos e espaços museológicos, locais e percursos de qualidade ambiental já existentes ou a constituir, possam ser articulados entre si.

Esta interessante proposta leva-nos a pensar o interesse e ambição regional de uma outra iniciativa desta natureza capaz de articular e integrar, numa rede coerente e dinâmica, acções e/ou propostas de intervenção de cada um dos agentes de desenvolvimento com incidência local mormente no âmbito da valorização dos recursos patrimoniais (no amplo espectro das dimensões natural e cultural), com o objectivo de racionalizar os recursos financeiros envolvidos, conciliar as vertentes económica, social, cultural e ambiental, reforçar a imagem e a identidade do território, afirmar a actividade turística sustentável e melhorar as condições de vida da população serrana.

Assim nasceria um outro "Ecomuseu da Serra da Lousã", que seria mais do que a soma das partes (neste caso da parte: o "Ecomuseu da Lousã", e outros que, entretanto, venham a ser lançados).

Estaremos perante um grande desafio ou, talvez, uma gigantesca utopia?

Referências Bibliográficas

Amaro, R. (1996). "O desenvolvimento local - um caminho para a sociedade providência?". Em *Actas do Seminário Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e reestruturação produtiva*. IEG.FLUC.

- Amirou, R. (2000). *Imaginaire du tourisme culturel*. Col. La politique éclatée. Paris. PUF.
- Baptista, A. J. M. (1999). *Políticas para o desenvolvimento do Interior. Um Contributo para o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006*. Série Estudos, nº 1.
- Coimbra, CCRC.
- Barros, V. C. (1998). "Desenvolvimento rural na última década". Em *A Rede Para o Desenvolvimento Local*, Ed. Esp. (Dez Anos de Desenvolvimento Local em Portugal). Faro. Associação IN LOCO. p. 9-13.
- Carvalho, A. e Amaro, P. (1996). *Guia da Rede de Percursos da Serra da Lousã*. Quercus. Porto. 160 p.
- Carvalho, P. (1999). *A Vila da Lousã. Contributo para um Estudo de Geografia Urbana*. Edição da Câmara Municipal da Lousã. 419 p.
- Carvalho, P. e Fernandes, J. L. (2000). "Iniciativas de Desenvolvimento Local no Espaço Rural Português. O exemplo do LEADER-ELOZ (Entre Lousã e Zêzere)". Em *Actas do 1º Colóquio Território e Trajectórias de Desenvolvimento*. Coimbra. IEG/FLUC (em publicação).
- Cavaco, C. (1996). "Do despovoamento rural ao desenvolvimento local: desafio ou utopia". Em *Actas do Seminário Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva*. Coimbra. IEG/FLUC. p. 333-355.
- Câmara Municipal da Lousã (2000). *Ecomuseu da Serra da Lousã*. (Caderno policopiado).
- Craveiro, M. T. (1999). "Desenvolvimento do plano integrado de qualidade ambiental de Lisboa – Agenda Local 21". Em *Urbanismo*. Lisboa. nº 3. p. 24-29.
- Cravidão, F. (1989). *Residência secundária e espaço rural. Duas Aldeias na Serra da Lousã – Casal Novo e Talasnal*. Coleção Estudos nº 10. Coimbra. FLUC. 90 p.
- Cravidão, F. e Lourenço, L. (1994). "Cordilheira Central", Em *Livro-Guia das Excursões do II Congresso da Geografia Portuguesa*. APG. Coimbra, p. 37-62.
- Cravidão, F. et al. (1998). "Regional perceptions of marginality : a view from southern Europe". Em Jussila, H. Et al. (orgs). *Perceptions of Marginality (...)*. Ashgate. Aldershot. p. 147-163.
- Comissão de Coordenação da Região Centro (1999-A). *Programa das Aldeias Históricas de Portugal*.

- Comissão de Coordenação da Região Centro (1999-B). *Uma região qualificada, activa e solidária – visão sobre a Região Centro para a próxima década*. Série Estudos Regionais nº 5. Coimbra.
- Dewailly, J. M. (1998). "Images of heritage in rural regions". Em R. Butler *et al*, *Tourism and recreation in rural areas*. John Wiley & Sons. Chichester.
- Fernandes, J. L. e Carvalho, P. (1998). "Heritage as a reintegration strategy in the frontier regions: an example from the luso-spanish borders (a study of Elvas)". Em *Book of Abstracts of the Second International Conference Urban Development: A Challenge for Frontier Regions*. Beer Sheva (Israel).
- GEOIDEIA/IESE (1999). *Estudo de Avaliação Intercalar do PIC LEADER II. Relatório Final*. Lisboa.
- Jacinto, R. (1998). "A Região Centro e a recomposição da sua geografia: ensaio para uma leitura dos territórios e a interpretação das suas dinâmicas". Em *Cadernos de Geografia (Homenagem ao Doutor J. M. Pereira de Oliveira)* n.º 17. Coimbra. IEG/FLUC. p. 315-321.
- Jordão, N. (1998). "LEADER II, uma iniciativa comunitária", Em *LEADER II-Semear desenvolvimento, colher futuro*. Suplemento do jornal *Público*, nº 2962, 24/04/1998. p. 4.
- Monteiro, P. (1985). *Terra que já foi Terra. Análise sociológica de nove lugares agro-pastoris da Serra da Lousã*. Coleção Tempos Modernos. Lisboa. Edições Salamandra, 290 p.
- Osório *et al*. (1989). Aldeias da Serra da Lousã. Em *Arunce*. Lousã . BML.nº 2. p. 39-48.
- Pessoa, F. (1985). *Ecologia e território. Regionalização, desenvolvimento e ordenamento do território numa perspectiva ecológica*. Porto. Edições Afrontamento.
- Roseta, H. (1999). "A cidade insustentável ou as quatro condições da sustentabilidade urbana". Em *Urbanismo*. Lisboa. nº 3. p12-22.
- Santana, P. (1995). "Interpretação da imagem e qualidade ambiental de Barcelos", Em *Cadernos de Geografia*. Coimbra. IEG.FLUC. nº 14. p. 17-36.
- Silva, C. N. (1999). "Administração autárquica e *governance* local". Em C. Cavaco (Coord.). *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Estudos para o Planeamento Regional e Urbano n.º 50. Lisboa. CEG/UL. p. 69-72.
- Varine, H. (2000). "Teoria do Ecomuseu Comunitário". Em *Ciências&Letras. Revista da Fac. Porto-Alegrense de Educação*. nº 27.